

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONTAS A RECEBER – ELETROBRAS	19
6. IMPOSTOS A RECUPERAR	19
7. DEPÓSITOS VINCULADOS	20
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	20
9. FORNECEDORES	21
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
11. PROVISÕES PARA RISCOS	22
12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	23
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
14. RECEITA	25
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	26
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	26
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	28
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	29
20. COMPROMISSOS	32
21. SEGUROS	33
PARECER DO CONSELHO FISCAL	34
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$85.835 mil, representado por 85.834.843 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$20.858 mil em 2021, em comparação ao lucro de R\$9.741 mil em 2020. O aumento de 114,13% no lucro deve-se, principalmente, ao aumento da receita com venda de energia, parcialmente compensado pelo aumento dos custos operacionais.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$54.229 mil em 2021, em comparação a R\$36.573 mil em 2020, representando um aumento de 48,28%. Esse aumento decorre, principalmente, do maior ajuste na receita em 2021, no montante de R\$9.007 mil, devido à boa temporada de ventos deste ano, que aumentou a geração de energia eólica. Adicionalmente, o preço da energia contratada pelo Proinfa é reajustado anualmente pelo IGP-M, que também apresentou um aumento relevante em 2021.

Em comparação, no ano de 2020 houve um ajuste na receita de R\$1.106 mil, pois alguns aerogeradores apresentaram problemas técnicos e não funcionaram com sua capacidade máxima.

Esse ajuste representa que a energia efetivamente gerada foi maior que a energia contratada, vide nota explicativa nº 5.

Deduções à Receita Operacional

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.153 mil em 2021, comparados a R\$1.477 mil em 2020, representando um aumento de 45,77%, que acompanha o aumento da receita.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$28.425 mil em 2021, em comparação a R\$20.657 mil em 2020, representando um aumento de 37,60%. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento dos custos de materiais e serviços de terceiros, devido à reforma dos aerogeradores.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2021 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$2.766 mil, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$3.867 mil em 2020, representando uma redução de 28,47%. Essa variação decorre, principalmente, da redução da despesa de juros sobre empréstimos. Mais informações vide nota explicativa nº 16.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$2.180 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$2.308 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Essa redução decorre, principalmente, da maior receita financeira registrada em 2020. Mais informações vide nota explicativa nº 17.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais. Em 2021, o LAJIDA da Companhia foi de R\$35.528 mil (R\$25.141 mil em 2020) e a Margem do LAJIDA foi de 65,51% (68,74% em 2020).

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado Líquido	20.858	9.741	114,13
Despesa de IR e CS	2.180	2.308	(5,55)
Resultado Financeiro	2.766	3.867	(28,47)
Amortização e Depreciação	9.724	9.225	5,41
LAJIDA	35.528	25.141	41,31

Destinação do resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$20.858 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.043 mil sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$4.954 mil para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$14.861 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao acionista controlador pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.325	14.194
Títulos e Valores Mobiliários	4	26.708	2.807
Contas a receber de cliente	5	14.996	6.428
Impostos a recuperar	6	1.188	932
Depósitos vinculados	7	4.183	12.617
Outros ativos		372	-
TOTAL DO CIRCULANTE		48.772	36.978
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	5.493	631
Partes relacionadas	18	842	842
Impostos a recuperar	6	-	775
Impostos diferidos		-	24
Imobilizado	8	96.309	107.971
Intangível	8	6	12
Outros ativos		120	130
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		102.770	110.385
ATIVO TOTAL		151.542	147.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020****(Em milhares de Reais)****PASSIVO**

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.637	3.182
Empréstimos e financiamentos	10	-	17.204
Impostos a recolher		700	550
Dividendos a pagar	13b	7.268	2.314
Outras Obrigações		515	516
TOTAL DO CIRCULANTE		11.120	23.766
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos		769	-
Provisão para desmobilização de ativos	12	16.058	15.880
Provisão para contingências	11	-	27
Outros passivos		87	86
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.914	15.993
TOTAL DO PASSIVO		28.034	39.759
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	85.835	70.560
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	15.275
Reservas de lucros		37.673	21.769
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		123.508	107.604
PASSIVO TOTAL		151.542	147.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	14	54.229	36.573
CUSTOS OPERACIONAIS	15		
Material		(3.861)	(910)
Serviços de terceiros		(7.548)	(4.681)
Depreciação e amortização		(9.724)	(9.225)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(2.353)	(2.275)
Provisão (Reversão) para contingências		4	(27)
Outros custos		(892)	(567)
		(24.374)	(17.685)
LUCRO BRUTO		29.855	18.888
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Pessoal e administradores		(1.295)	(391)
Serviços de terceiros		(765)	(489)
Outras despesas		(1.991)	(2.092)
		(4.051)	(2.972)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		25.804	15.916
Receitas financeiras	16	1.377	3.411
Despesas financeiras	16	(4.143)	(7.278)
		(2.766)	(3.867)
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos		23.038	12.049
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	17	(1.676)	(2.360)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	17	(504)	52
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		20.858	9.741
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		243,00	138,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	20.858	9.741
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	20.858	9.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	70.560	717	13.625	-	1.275	86.177
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	14.000	14.000
Lucro do exercício	-	-	-	9.741	-	9.741
Destinação do resultado proposta à AGO:						-
Reserva Legal	-	487	-	(487)	-	-
Dividendos Estatutários (R\$32,79 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.314)	-	(2.314)
Reserva de retenção de lucros	-	-	6.940	(6.940)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	70.560	1.204	20.565	-	15.275	107.604
Aumento de capital	15.275	-	-	-	(15.275)	-
Resultado do exercício	-	-	-	20.858	-	20.858
Destinação do resultado proposta à AGO:						-
Reserva Legal	-	1.043	-	(1.043)	-	-
Dividendos Estatutários (R\$57,72 por lote de mil ações)	-	-	-	(4.954)	-	(4.954)
Reserva de retenção de lucros	-	-	14.861	(14.861)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	85.835	2.247	35.426	-	-	123.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do exercício	20.858	9.741
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 15)	9.724	9.225
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 10)	554	3.849
Impostos diferidos (Nota 17)	504	(52)
PIS/COFINS diferidos	288	-
Juros sobre mútuos (Nota 16)	-	(2.841)
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 16)	(34)	(100)
Variação monetária - desmobilização de ativos (Nota 12)	3.477	3.365
Provisão para contingências (Nota 11)	(4)	27
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível (Nota 8)	-	4
	<u>35.367</u>	<u>23.218</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	(8.568)	8.439
Impostos a recuperar (Nota 6)	519	(716)
Outros ativos	(362)	41
	<u>(8.411)</u>	<u>7.764</u>
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(545)	2.051
Impostos a recolher	537	1.432
Provisão para contingências	(23)	-
Outras obrigações	<u>1</u>	<u>509</u>
	<u>(30)</u>	<u>3.992</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(387)	(1.819)
Juros pagos (Nota 10)	<u>(400)</u>	<u>(554)</u>
	<u>(817)</u>	<u>1.619</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	26.139	32.601
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores mobiliários (Nota 4)	(28.763)	(3.438)
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 8)	(1.355)	(14.168)
Depósitos vinculados (Nota 7)	8.468	(12.517)
Mútuo – Partes relacionadas (Nota 18)	-	25.281
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(21.650)	(4.842)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.000
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	<u>(17.358)</u>	<u>(46.607)</u>
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(17.358)	(32.607)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(12.869)	(4.848)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	14.194	19.042
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	<u>1.325</u>	<u>14.194</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(12.869)	(4.848)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Praias de Parajuru, localizada no município de Beberibe, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 526/2002, com início de sua operação comercial em setembro/2009.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Praias de Parajuru S.A., passou a ser uma subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT).

O aproveitamento da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. é de 28,8 MW de potência instalada distribuídos em 19 aerogeradores, utilizando aerogeradores Vensys VS-70 de 1,5 MW, com torres de 85 metros de altura. Toda sua energia é comercializada através do PROINFA.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava com todos os seus 19 aerogeradores em operação.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

a) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas; e,
- negociação de contratos.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 11 – Provisões para riscos;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados, fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e contas a pagar à Eletrobras.

b) Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	58	4.788
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	-	9.262
Overnight (2)	1.267	144
Total	1.325	14.194

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi, em média, 96% em 31 de dezembro de 2020.

(2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14% ao ano em 31 de dezembro de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.565	456
Letras Financeiras Bancos - LFs	22.057	1.735
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.776	611
Outros	310	5
	26.708	2.807
Não Circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	5.417	610
Debêntures	76	21
	5.493	631
	32.201	3.438

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 107,24% em 31 de dezembro de 2021 (entre 106% e 110% em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 99,5% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. CONTAS A RECEBER – ELETROBRAS

	2021	2020
Ativo Circulante		
Venda de energia faturada	5.989	5.322
Ajuste de energia de 2020 (a)	-	1.106
Ajuste de energia de 2021 (a)	9.007	-
Total do ativo	14.996	6.428

- (a) O ajuste de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada para venda à Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício.

	2021	2020
Energia gerada em MWh – não auditado	88.192	75.604
Energia faturada/contratada em MWh – não auditado	73.525	73.525
Ajuste de energia em MWh – não auditado	14.667	2.079
Ajuste de energia em R\$ mil	9.007	1.106

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 19.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
IR a recuperar	305	337
CS a recuperar	1	12
Pasep a recuperar	157	104
Cofins a recuperar	725	479
ICMS a recuperar	-	775
Total	1.188	1.707
Circulante	1.188	932
Não circulante	-	775

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2021	2020
Depósitos Vinculados – Contas Bancárias		
Conta centralizadora	2.862	-
Depósitos Vinculados – Aplicações Financeiras		
Conta reserva especial	1.287	759
Conta reserva	-	11.758
Atualização financeira	34	100
Total	4.183	12.617

Os depósitos vinculados referem-se ao contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada do saldo devedor do financiamento, não sendo mais obrigatória a constituição da conta reserva.

A conta centralizadora, recebedora das receitas oriundas do contrato com o Proinfra, era utilizada pela Caixa Econômica Federal para depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida. Devido à amortização antecipada da dívida, apenas a reserva especial deverá ser mantida e os recursos remanescentes são liberados para livre movimentação. A Companhia deve manter na conta de reserva especial um saldo equivalente a no mínimo R\$759, constituído do segundo ao sexto mês após a entrada em operação.

A Caixa Econômica Federal apresentou notificação à Companhia em dezembro de 2020, referente à revisão dos cálculos da evolução da dívida dos contratos de financiamento com o Padrão Monetário TJLP-D, entre o período de janeiro de 2005 a setembro de 2010, e foram identificadas divergências na conversão em Real das movimentações financeiras durante a evolução financeira da dívida. Em janeiro de 2022, a Caixa Econômica Federal apresentou nova notificação, atualizando os valores cobrados. A Companhia está avaliando as alternativas para solucionar essa pendência, e, até que haja algum acordo entre as partes, as garantias devem ser mantidas na conta de reserva especial.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	2021			2020		
	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido
Intangível						
Licença de uso de software	32	(26)	6	32	(20)	12
Total do Intangível	32	(26)	6	32	(20)	12
Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	37	(20)	17	37	(18)	19
Máquinas e equipamentos (1)	206.534	(111.746)	94.788	194.141	(107.170)	86.971
Imobilizado em curso	1.504	-	1.504	20.981		20.981
Total do Imobilizado	208.075	(111.766)	96.309	215.159	(107.188)	107.971
Total Imobilizado + Intangível	208.107	(111.792)	96.315	215.191	(107.208)	107.983

(1) Em 2021, a taxa média de depreciação da conta "Máquinas e equipamentos" foi de 4,83% a.a. (4,75% a.a. em 2020).

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2021	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2021
Intangível								
Licença de uso de software	32	-	-	-	32	-	(26)	6
Total do Intangível	32	-	-	-	32	-	(26)	6
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	194.141	-	(8.439)	20.832	206.534	12.393	(111.746)	94.788
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(20)	17
Imobilizado em curso	20.981	1.355	-	(20.832)	1.504	(19.477)	-	1.504
Total do Imobilizado	215.159	1.355	(8.439)	-	208.075	(7.084)	(111.766)	96.309
Imobilizado + Intangível	215.191	1.355	(8.439)	-	208.107	(7.084)	(111.792)	96.315

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

9. FORNECEDORES

	2021	2020
Materiais e serviços	2.637	2.990
Encargos de uso da rede elétrica	-	192
Total	2.637	3.182

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moeda	Saldo 2021	Saldo 2020
MOEDA NACIONAL					
Caixa Econômica Federal	Setembro/2021	TJLP + 2,50%	R\$	-	17.204
Total Geral				-	17.204

Amortização antecipada de dívida

Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada do saldo devedor do contrato de dívida com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$5.320.

O indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações:

Indexador	Variação Acumulada em 2021 (%)	Variação Acumulada em 2020 (%)
TJLP	16,92	(18,31)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.516
Variação Monetária	2.666
Encargos Financeiros provisionados	1.183
Encargos financeiros pagos	(554)
Amortização	(46.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.204
Variação Monetária	402
Encargos Financeiros provisionados	152
Encargos financeiros pagos	(400)
Amortização	(17.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

11. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia é parte dos seguintes processos judiciais e administrativos:

Trabalhistas

	2020	Adições	Reversões	Liquidações	2021
Provisões					
Trabalhistas	27	-	(4)	(23)	-

A Companhia foi parte de ações movidas por seus empregados, as quais versavam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias e benefícios diversos, sendo que R\$27 foram provisionados em 31 de dezembro de 2020. Em 2021, R\$23 foram liquidados, não havendo mais passivo contingente de natureza trabalhista em 31 de dezembro de 2021.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Tributárias

A Companhia é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$22.534 em 31 de dezembro de 2021 (R\$21.941 em 31 de dezembro de 2020).

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia estava envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas relacionadas às áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, no montante estimado de R\$2.493 em 31 de dezembro de 2020. Essas ações foram encerradas em 2021, em decorrência de trânsito em julgado com sentença favorável à Companhia.

12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, a Companhia está autorizada a operar até setembro de 2032. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2019	6.331
Amortização	(490)
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2020	5.841
Amortização	(490)
Remensuração (1)	(3.299)
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2021	2.052

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.515
Variação Monetária	3.365
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.880
Variação Monetária	3.477
Remensuração (1)	(3.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.058

(1) Em atendimento ao CPC 25, a Companhia reavaliou a taxa de desconto utilizada para refletir em valor presente os custos estimados para desmobilização do parque eólico. Considerando que a variação da NTN-B Principal foi significativa, a Companhia aplicou o efeito da mudança da taxa de desconto na remensuração.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$85.835 (R\$70.560 em 31 de dezembro de 2020), representado por 85.834.843 ações (70.560.000 em 31 de dezembro de 2020) ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Aumento de capital social

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em fevereiro de 2021, aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$15.275, que estava registrado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. Assim, o Capital Social da Companhia passou a ser de R\$85.835, representado por 85.834.843 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2021	2020
Reservas de lucros		
Reserva legal	2.247	1.204
Reserva de Retenção de Lucros	35.426	20.565
	<u>37.673</u>	<u>21.769</u>

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.043 de Reserva Legal em 2021, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O contrato de financiamento da Companhia com a Caixa Econômica Federal estabelece um limite de distribuição de dividendos de 25% do lucro líquido durante o período de financiamento.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei. Em 2021, limitou-se a distribuição de dividendos a 25% do lucro líquido, conforme restrição do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2021	2020
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	20.858	9.741
Reserva Legal Constituída	(1.043)	(487)
	<u>19.815</u>	<u>9.254</u>
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25%	4.954	2.314

Destinação do resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$20.858, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.043 sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$4.954 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$14.861 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

A Diretoria deliberou também propor em Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2022, que seja aprovada a destinação do resultado de 2020 e o pagamento dos dividendos obrigatórios no montante de R\$2.314.

14. RECEITA

	2021	2020
Venda de energia	56.382	38.050
Deduções à receita operacional (a)	(2.153)	(1.477)
Receita Operacional Líquida	<u>54.229</u>	<u>36.573</u>

(a) Deduções à Receita Operacional

	2021	2020
PIS/COFINS correntes	(1.770)	(1.389)
PIS/COFINS diferidos	(288)	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	(95)	(88)
Total das deduções	(2.153)	(1.477)

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Serviços de terceiros	8.313	5.170
Material	3.861	910
Pessoal	1.295	391
Depreciação e amortização	9.724	9.225
Encargos de uso da rede básica de transmissão	2.353	2.275
Provisão (Reversão) para contingências	(4)	27
Baixa de créditos tributários	-	1.285
Outros	2.883	1.374
	28.425	20.657
CUSTOS	24.374	17.685
DESPESAS	4.051	2.972
TOTAL	28.425	20.657

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.156	469
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	221	100
Juros sobre mútuos (Nota 18)	-	2.841
Outras receitas financeiras	-	1
	1.377	3.411
Despesas Financeiras		
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(554)	(3.849)
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(3.477)	(3.365)
Outras despesas financeiras	(112)	(64)
	(4.143)	(7.278)
Resultado Financeiro	(2.766)	(3.867)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrado abaixo:

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	48.481	48.481
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.878	5.818
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	609	609
Base de Cálculo Lucro Presumido	4.487	6.427
Alíquota	15%	9%
IR e CS	673	578
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	425	-
IR e CS - Total	1.098	578
Rendas não resgatadas	768	768
Alíquota	25%	9%
	192	69
Receita por competência (receita diferida)	7.901	7.901
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	632	948
Alíquota	25%	9%
	158	85
IR e CS Diferidos	350	154
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.448	732
Corrente	1.098	578
Diferido	350	154

	2020	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	38.050	38.050
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.044	4.566
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	722	722
Outras receitas financeiras	2.842	2.842
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.608	8.130
Alíquota	15%	9%
IR e CS	991	732
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	637	-
IR e CS - Total	1.628	732
Rendas não resgatadas	(153)	(153)
Alíquota	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos	(38)	(14)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.590	718
Corrente	1.628	732
Diferido	(38)	(14)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	478	501	-	-	(1.520)	(501)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	966	506	-	-	(1.035)	(506)
Dividendos	-	-	7.268	2.314	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Central Eólica Volta do Rio								
Não Circulante								
Mútuo (3)	-	-	-	-	-	2.841	-	-
Notas de crédito (4)	842	842	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Equivalentes de caixa	1.267	144	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	26.708	2.807	-	-	889	26	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	5.493	631	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Em 2020, o Despacho Aneel 1.268/2020 permitiu a adesão da Companhia ao convênio. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Em outubro de 2020, a Companhia recebeu o empréstimo concedido à parte relacionada Volta do Rio. As operações de mútuo foram realizadas em 2018, no valor principal de R\$21.300, com custo de 125,52% do CDI.
- (4) Refere-se a reembolso de pagamentos de despesas com o serviço prestado pela WEG para recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Equivalentes de Caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo de 1,51% em 31 de dezembro de 2021 (0,08% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado de 2021 e 2020 são demonstrados na tabela abaixo.

	2021	2020
Remuneração	49	16
Participação nos resultados	10	6
Previdência privada	4	1
Planos de saúde e odontológico	1	-
Total	64	23

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Em 2020, o Despacho Aneel 1.268/2020 permitiu a adesão da Companhia ao convênio.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Contas a receber de cliente	2	14.996	14.996	6.428	6.428
Títulos e Valores Mobiliários	2	16.899	16.899	1.152	1.152
Partes relacionadas	2	842	842	842	842
Depósitos vinculados – Aplicações financeiras	2	1.321	1.321	12.617	12.617
		34.058	34.058	21.039	21.039
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	2	1.267	1.267	9.406	9.406
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	1.565	1.565	307	307
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	10.961	10.961	1.368	1.368
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.776	2.776	611	611
		16.569	16.569	11.692	11.692
		50.627	50.627	32.731	32.731
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(2.637)	(2.637)	(3.182)	(3.182)
Empréstimos e financiamentos	2	-	-	(17.204)	(17.204)
		(2.637)	(2.637)	(20.386)	(20.386)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	1.267	9.406
Títulos e Valores Mobiliários	32.201	3.438
Depósitos vinculados – Aplicações financeiras	1.321	12.617
	34.789	25.461
Passivos Financeiros		
Empréstimos e Financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	-	(17.204)
Ativo Líquido Exposto	34.789	8.257

Risco de Liquidez

Em 2021, a Companhia apresentou uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, empréstimos e financiamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	2.637	-	-	-	-	2.637
	2.637	-	-	-	-	2.637

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, consequentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

20. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
367,02	02/02/2002	02/02/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

21. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro, com vigência até 18 de dezembro de 2022, para cobertura de riscos operacionais, sendo:

- R\$75.000 de indenização máxima contra danos materiais;
- R\$11.289 de indenização máxima para cobertura de lucros cessantes; e,
- R\$10.000 de indenização máxima para cobertura de responsabilidade civil.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2021, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0